

**FACULDADES INTEGRADAS ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO**  
**GELSO VIEIRA FERNANDES**

**ARTIGO CIENTÍFICO E**  
**RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**FLORIANÓPOLIS, 2014/2**

## ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJÓS, FLORIANÓPOLIS/SC

Gelso Vieira Fernandes  
Prof. Me Rafael Freitag (Orientador)

### RESUMO

A atividade de visitação em uma Unidade de Conservação – UC – requer atenção e estratégias adequadas para a categoria em que a Unidade está enquadrada no Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, além de cuidados em relação ao ambiente em que está inserida. Também é importante destacar que atividades de educação e interpretação ambiental devem ser planejadas e seguir um roteiro predeterminado com intenções bem definidas. A visitação monitorada vai além de um passeio, pois tem como objetivo oportunizar aos visitantes o contato com o ambiente natural e a compreensão da importância de uma determinada área ser uma Unidade de Conservação. Neste artigo, apresenta-se uma proposta de melhorias quanto à visitação eco turística na Estação Ecológica Carijós.

**Palavras-chave:** Ecoturismo. Unidades de Conservação. Estação Ecológica de Carijós.

### ABSTRACT

The visitation activities in a conservation area - UC requires attention and appropriate strategies for the category in which the Unit is framed in the National System of Conservation Units - SNUC, as well as care for the environment in which it operates. It is also important to note that environmental education and interpretation activities should be planned and follow a predetermined route with well-defined intentions. Monitored Visitation goes beyond a tour because it aims to create opportunities for visitors, the contact with the natural environment, and understanding the importance of an area to be a conservation area. In this paper, we presents a proposed improvements ecotourism visitation in Carijós Ecological Station

**Keywords:** Ecotourism. Conservation Area. Carijós Ecological Station.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Ecoturismo destaca-se a partir do movimento ambientalista em meados do século XX, quando o debate sobre a necessidade de conservação do meio ambiente, por meio de técnicas sustentáveis, também alcançou a atividade turística. No decorrer dos anos, essa atividade vem se desenvolvendo e ganhando forças em meio à discussão de um modelo de turismo mais responsável e sustentável.

Os princípios desta modalidade de turismo devem estar aliados às questões ambientais, assim como ao envolvimento das comunidades locais, devendo ainda ser desenvolvidos sob

os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos. Pode-se observar que o conceito de desenvolvimento sustentável utilizado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras (BRASIL, SNUC, 2009).

As Unidades de Conservação que recebem visitação, mesmo com número reduzido, pois abrigam apenas as pesquisas e o turismo pedagógico (Ecoturismo), por vezes buscam na atividade turística uma alternativa para fortalecer os canais de integração com a sociedade, dinamizar a economia local e incrementar a aquisição de recursos financeiros para a sua manutenção e investimentos. Estas atividades são importantes para conservação do planeta, já que se trata de uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre o papel da conservação da biodiversidade mundial.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Para contextualizar o tema central levando em consideração o objetivo proposto pelo presente artigo, a etapa desenvolvimento deste foi dividida em cinco subcapítulos, iniciando com um breve histórico das áreas naturais protegidas para, posteriormente, serem apresentados os aspectos que envolvem as Unidades de Conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Em seguida, destacar-se-á a apresentação das peculiaridades da Ilha de Santa Catarina quanto a sua biogeografia e, por fim, traz-se o debate que ocorre em torno das Unidades de Conservação Federais na Ilha, com foco nas práticas de ecoturismo na Estação Ecológica – ESEC de Carijós.

### 2.1 ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

O constante desafio da sobrevivência trouxe interesses práticos na utilização e proteção dos recursos naturais. Porém, a delimitação de áreas naturais protegidas não é exatamente um fenômeno moderno, decorrente do agravamento da crise ambiental (DEBETIR; ORTH, 2007). As reservas de caça e leis de proteção de áreas naturais já existiam na antiga Pérsia em torno de 5.000 a.C. No ocidente, a prática é mais recente. Na antiga Roma e na Europa Medieval, áreas naturais eram protegidas, servindo ao uso exclusivo dos nobres. Na Inglaterra, as *forests* eram destinadas à prática da caça e foram instituídas em 1066 d.C.

Na Suíça, foi criada uma reserva para proteger o antílope europeu e na França foram criados Parques Reais no século XVIII. A primeira unidade de conservação moderna foi criada em 1872 nos Estados Unidos, o Parque Nacional de Yellowstone (DEBETIR; ORTH, 2007).

A constituição do Parque de Yellowstone é considerada um marco na preservação de áreas naturais, como forma de proteção às ameaças as paisagens naturais, motivadas pela franca expansão do modelo industrial (MACIEL, 2011). Desde então, a nomenclatura ‘parque nacional’ passou a ser conhecida mundialmente, tendo evoluído conceitualmente com o passar do tempo, o que implicou a utilização do termo em situações diversas em alguns países (BRITO, 2003). Nesta fase do conservacionismo, o objetivo era fundamentalmente: “socialização do usufruto, por toda a população, das belezas cênicas existentes nesses territórios” (BRITO, 2003, p. 23).

Seguindo esse modelo do *Yellowstone National Park*, foram sendo criados parques e outras áreas protegidas, em diversos países, como no Canadá em 1885; na Nova Zelândia em 1894; na Austrália, África do Sul e México em 1898; na Argentina em 1903; no Chile em 1926; no Equador em 1934; e na Venezuela em 1937 (MILANO, 2002).

Em relação às UCs do Brasil, essa orientação, inspirada na criação do Parque Nacional de Yellowstone, levou o brasileiro André Rebouças a sugerir a criação dos Parques Nacionais das Sete Quedas e da Ilha do Bananal, em 1876 (BRITO, 2003, p. 22). Mas, somente em 1937 é criado o primeiro parque nacional, o Parque Nacional de Itatiaia/RJ.

## 2.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O SISTEMA NACIONAL

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC é responsável pela normatização das UCs nacionais, o qual estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação em território federal. Conforme o artigo 2º da Lei nº 9.985/2000 as UC são definidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

Como forma de garantir a preservação destas áreas, as práticas do ecoturismo e de educação ambiental são estimuladas, seja para moradores do entorno, como para visitantes e para turistas em geral. Entre os objetivos das UCs contidos no SNUC, pode-se identificar seis

objetivos que reforçam estas práticas nas UCs, conforme os itens do art. 4º, apresentado a seguir:

- i. Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- ii. Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- iii. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- iv. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- v. Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- vi. Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- vii. Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- viii. Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- ix. Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- x. Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- xi. Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- xii. Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- xiii. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (BRASIL, 2009).

Porém, é importante ressaltar que as atividades humanas em UC de conservação passam por regulamentação específica, pois a organização das Unidades de Conservação dividiu em dois grupos e doze categorias as UCs. Os dois grupos são: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral são aquelas com maior restrição de uso, pois não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, em atividades como educação ambiental, pesquisa científica e turismo ecológico, sempre com autorização de algum responsável pela UC.

As Unidades de Proteção Integral buscam a proteção das paisagens naturais, a manutenção da diversidade biológica e a sobrevivência de espécies que necessitam de grandes áreas para se manter viáveis. Além disso, elas garantem a manutenção de serviços ambientais cada vez mais importantes, como a produção de água, a proteção do solo, a regulação do clima e a beleza cênica da paisagem. Nestes serviços estão incluídas cinco categorias.

As unidades de conservação de uso sustentável admitem a presença de moradores. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. As Unidades de Uso Sustentável protegem recursos naturais e abrigam comunidades tradicionais, cujo modo de vida integra nosso patrimônio cultural. Elas

constituem laboratórios de experimentação científica e fonte de educação e lazer para a população e têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, desde que praticadas de uma forma a manter constantes os recursos ambientais renováveis e processos ecológicos.

As doze categorias têm diferenças quanto a seus usos, objetivos, formas de operação e modelo de gestão, para tanto, tem-se que identificar e analisar suas especificidades para o planejamento do ecoturismo em UC, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 1 – Indicação de Grupos e Categorias definidos pelo SNUC

Grupo	Categoria SNUC	Origem	Descrição
Proteção integral	Estação ecológica	SEMA (1981)	De posse e domínio público, servem à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas. A visitação pública é proibida, exceto com objetivo educacional. Pesquisas científicas dependem de autorização prévia do órgão responsável.
	Reserva biológica	Lei de Proteção à Fauna (1967)	Visam à preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos.
	Parque nacional	Código Florestal de 1934	Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
	Monumento natural	SNUC (2000)	Objetivam a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
	Refúgio de vida silvestre	SNUC (2000)	Sua finalidade é a proteção de ambientes naturais que asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
Uso sustentável	Área de relevante interesse ecológico	SEMA (1984)	Geralmente de pequena extensão, são áreas com pouca ou nenhuma ocupação humana, exibindo características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, tendo como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
	Reserva particular do patrimônio natural	MMA (1996)	De posse privada, gravada com perpetuidade, objetivando conservar a diversidade biológica.

Grupo	Categoria SNUC	Origem	Descrição
Uso Sustentável	Área de proteção ambiental	SEMA (1981)	São áreas geralmente extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Floresta nacional	Código Florestal de 1934	É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
	Reserva de desenvolvimento sustentável	SNUC (2000)	São áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações, adaptados às condições ecológicas locais, que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
	Reserva de fauna	Lei de Proteção à Fauna (1967) - sob o nome de Parques de Caça	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva extrativista	SNUC (2000)	Utilizadas por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, áreas dessa categoria tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Fonte: Dicionário Ambiental, 2013.

Segundo a legislação vigente (Lei nº 9.985/2000 e o Decreto 4.340/2002), as UCs são criadas por meio de ato do Poder Público (Poder Executivo e Poder Legislativo) após a realização de estudos técnicos da importância ecológica dos espaços propostos e, quando necessário, consulta à população (BRASIL, 2009). Estas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais e só podem ser alteradas e/ou reduzidas mediante lei específica (DICIONÁRIO AMBIENTAL, 2013).

O SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, estabelece que as UCs devem dispor de um Plano de Manejo, o qual é definido como:

Documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (SNUC, 2009).

### 2.3 A ILHA DE SANTA CATARINA

As características biogeográficas da Ilha de Santa Catarina apresentam peculiaridades, tendo um importante potencial à prática do turismo ecológico, também chamado de ecoturismo. O contato terra-mar normalmente proporciona a formação de ambientes variados e diversos. No caso da capital dos catarinenses, a porção insular mais próxima ao continente forma as baías Norte e Sul, constituindo um grande ambiente estuarino (mistura da água doce e salgada). Este espaço apresenta relevância para diversas espécies de pescados, assim como moluscos (berbigão, ostras, mexilhões), crustáceos (siris, caranguejos e camarões) e micro organismos que habitam estas áreas. Estas condições também são responsáveis pela formação dos manguezais, os reconhecidos berçários naturais da vida marinha e/ou criadouro de diversas espécies e que têm um significado importante do ponto de vista econômico por meio da simples exploração, como a pesca artesanal ou alguns sistemas rudimentares de cultivo (LINDNER, 2014).

A Ilha de Santa Catarina também apresenta sua diversidade na formação geológica, constituída por solos relevos que permitiram a formação de diversos ambientes, conforme pode-se observar a seguir:

- Ambientes de vegetação costeira e áreas de depósito arenoso de origem marinha num sentido geomorfológico, constituindo a vegetação de restinga, tratam-se de uma vegetação edáfica (o pode ser influenciado pelo solo). As características de restinga são de solos pobres em argila e matéria orgânica, superfícies baixas e levemente onduladas com declive rumo ao mar;
- Mata Atlântica ou Floresta Ombrófila Densa – ela está em 17 Estados Brasileiros, sendo que, na Ilha, a Mata Atlântica, encontrou condições para se desenvolver predominantemente nos morros;
- Costões rochosos, locais onde se encontram vidas e que permitem a fixação e o desenvolvimento de várias espécies que não são encontra em águas estuarinas das baías (CECCA, 1997);
- Manguezais – são cinco na Ilha, os quais se beneficiam com clima quente e úmido e com águas mornas. Só existem devido à distância exata em relação ao



continente. São eles Manguezal Itacorubi; Ratoles; Rio Tavares; Saco Grande e Tapera. Os Manguezais Constituem “parte típica de vegetação litorânea intertropical, situada em partes planas, inundáveis na maré alta e emersa na baixa mar, acompanhando as margens das baías e desembocaduras de rios” (CECCA, 1997, p. 80). É em regiões de águas calmas, sujeitas a inundações pela maré, que se forma a vasa, solo pantanoso, onde se instalam os manguezais. A vasa resulta da “deposição de flósculos que se formam quando partículas de argila, matéria orgânica e outras são transportadas em suspensão pelos rios e entram em contato com a água salgada” (CECCA, 1997, p. 80). Aterros ou desmatamento de forma legalizada ou não, construções de estradas e casas, despejos de esgotos sanitários, aberturas de canais para drenagem do solo já reduziram este frágil ecossistema a 45% do total daquele encontrado originalmente na Ilha. Pesquisas ressaltam que quando se mantêm os manguezais, assegura-se os controles das marés, a manutenção da linha de costa e a coexistência de inúmeras cadeias alimentares (BISHIMER, 2013);

- Dunas – com uma vegetação que se distribui entre faixa de transição e praia restinga. Na Ilha há a formação de dois tipos de Dunas, as móveis e as semifixas (BISHIMER, 2013).

A diversidade dos ecossistemas e a relativa preservação das áreas verdes em Florianópolis, aliadas à infraestrutura urbana e aos equipamentos turísticos na Ilha, proporcionam a criação de oportunidades de empreendimentos com objetivo de transformar a atividade de Ecoturismo em Florianópolis uma referência internacional.

O ecoturismo é reconhecido como uma ferramenta de desenvolvimento local, conforme pode-se observar em sua definição:

O segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

Entre os mais de 44 % do território da Ilha de Santa Catarina que são considerados Área de Preservação Permanente – APP, pode-se encontrar áreas protegidas, as chamadas Unidades de Conservação – UC, de competência federal, estadual e municipal. As UCs são espaços alternativos para manutenção da biodiversidade e perpetuação de vidas, uma vez que são estes territórios que mais têm conseguido preservar a natureza, ou ao menos minimizar

intervenções antrópicas nos ambientes naturais, visto a fragilidade da fiscalização do cumprimento da legislação ambiental (MMA, 2013). São consideradas patrimônio da humanidade, que podem ser usufruídas pelas populações locais, assim como por visitantes e turistas. Seus usos vão da recreação, sustentação de famílias tradicionais, pesquisas científicas, além da preservação da biodiversidade, com já exposto anteriormente.

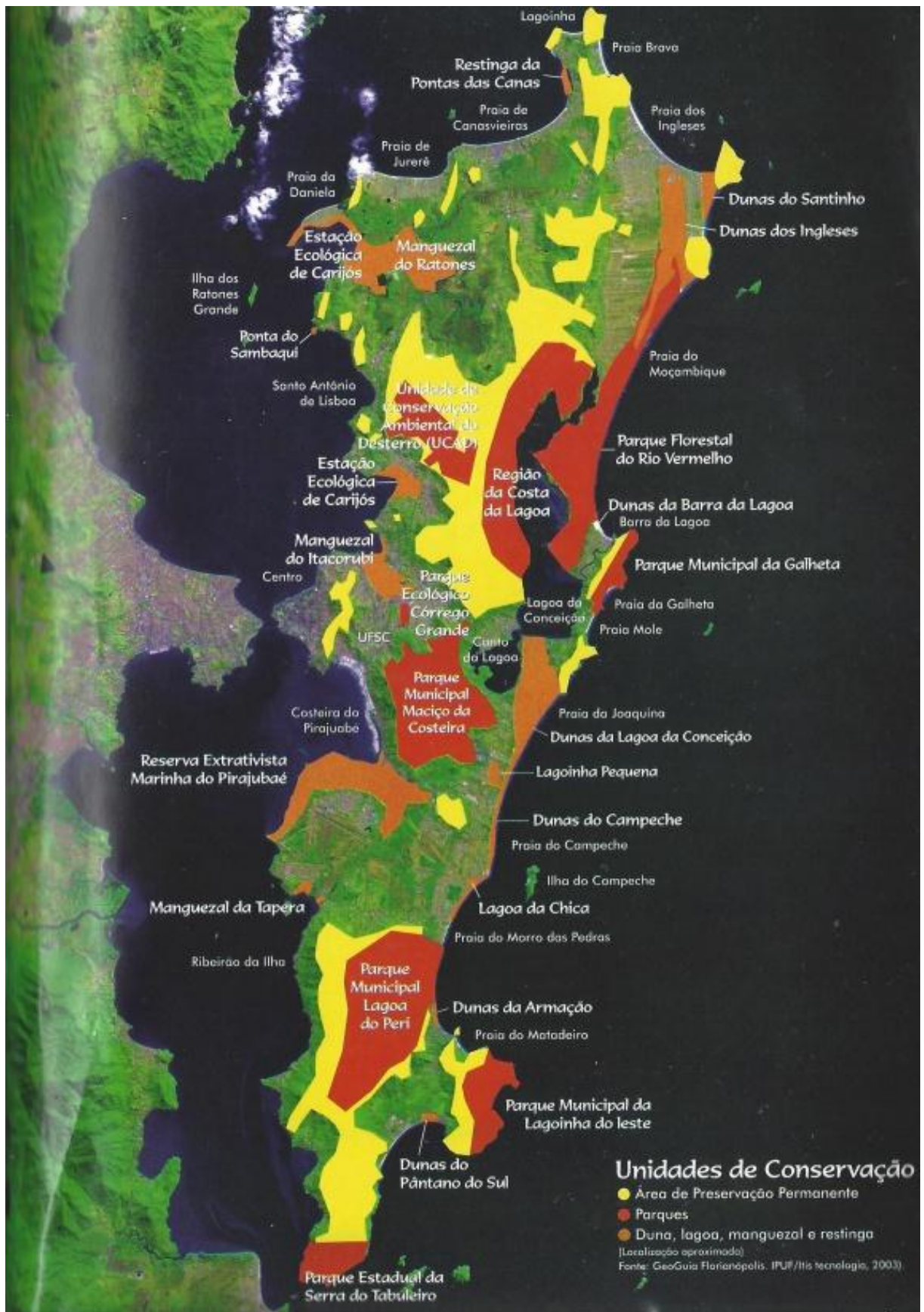
A regulamentação das UCs nacionais (federal, estadual, do distrito federal e dos municípios) é responsabilidade do poder público federal, por meio da regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei nº 9.985/2000. Conforme pode-se observar a seguir, o SNUC é uma importante ferramenta para o desenvolvimento das práticas de ecoturismo e de educação ambiental nas áreas naturais protegidas.

#### 2.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS EM FLORIANÓPOLIS

As Unidades de Conservação localizadas na Ilha de Santa Catarina (Florianópolis) são gerenciadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, no caso das UCs federais, pela Fundação Estadual de Meio Ambiente – FATMA, no caso das UCs estaduais e pela Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM no caso das UCs municipais.

Na imagem a seguir pode-se observar a distribuição das UCs na Ilha de Santa Catarina.

Figura 1 – Localização das UCs na Ilha de Santa Catarina



Fonte: Bisheimer, 2013.

Entre as doze UCs localizadas na Ilha de Santa Catarina foi selecionada a Estação Ecológica de Carijós – ESEC, para o estudo de caso no que diz respeito às práticas de Ecoturismo na ESEC.

## 2.5 ESTAÇÃO ECOLÓGICA – ESEC DE CARIJÓS

A Estação Ecológica – ESEC de Carijós é uma unidade de conservação federal criada pelo Decreto n. 94.656, de 1987, para proteger o manguezal de Ratonés e do Saco Grande. O manguezal de Ratonés possui cerca de 6,25 km<sup>2</sup> (87% da área total da ESEC) e se insere na Bacia hidrográfica do Rio Ratonés, a maior da ilha de SC. O Manguezal do Saco Grande, com 0,93 km<sup>2</sup> (13% da área total), está inserido na Bacia hidrográfica do Rio Pau do Barco, no bairro Saco Grande. A distância entre as duas glebas da ESEC de Carijós é de aproximadamente 5 km, localizadas a noroeste da Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis. Essas glebas ficam à margem da Baía Norte, com uma dimensão total de cerca 7,15 km<sup>2</sup>. O nome é homenagem aos índios residentes na Ilha na época da invasão portuguesa. De acordo com Cecca (1997, p. 34), os carijós, infelizmente, não foram muito mencionados pelos primeiros europeus que aportaram na Ilha e, nos poucos relatos existentes, não há quase nada escrito sobre os seus hábitos e costumes.

O ecossistema de manguezal representa importantes locais de refúgio para nidificação e dormitório de aves de hábito colonial e também protege áreas de restinga, rios e banhados, além de possuir elevada importância para a conservação da Baía Norte, por ser área de reprodução e crescimento de animais marinhos, muitos de valor comercial.

A área mais preservada da Ilha de Santa Catarina, com 720 hectares, a ESEC de Carijós, abriga mais de 500 espécies de animais e dezenas de espécies da flora de manguezais e restinga. Destacam-se as espécies de maior porte como o jacaré-do-papo amarelo (*Caiman lotirostris*), a lontra (*Lontra longicaulis*), o ratão-do-banhado (*Myocastor coypus*) e o graxaim (*Lycalopex gymnocercus*). Estudos apontam a ocorrência de mais de cento e dez (110) espécies de aves, o equivalente a 25% da avifauna do estado. Algumas aves como a garçamoura (*Ardea cocoi*), o colhereiro (*Ajaia ajaja*) e a garça-azul (*Egretta caerulea*) são especialistas em ocupar este tipo de ambiente. Outras buscam os manguezais como locais de alimentação, como o martim-pescador-grande (*Ceryle torquata*) e o sabiá-poca (*Turdus amaurochalinus*), que dependem diretamente deste ambiente para sobreviver, pois neles buscam refúgio para reprodução (BISHEIMER, 2013).

O Plano de Manejo da ESEC de Carijós foi elaborado em 2001, mas a publicação da respectiva portaria ocorreu apenas no ano de 2003, quando esse instrumento passou a ser adotado para aprovação de todos os planos de manejo elaborados. Entre 2009 e 2010 foi realizada a primeira monitoria de sua implementação. Foi um extenso trabalho de avaliação da efetividade do instrumento em ajustes e adequações de alguns programas e ações, além de suas áreas estratégicas. A monitoria foi aprovada em fevereiro de 2011, por meio da Portaria ICMBio n. 15. O texto atual do PM da ESEC de Carijós está disponível na sede da UC, no ICMBio e na Revista Conservação da Biodiversidade na Zona Costeira e Marinha de Santa Catarina.

Os princípios propiciam um sentido lógico, harmônico e coerente às atividades de visitação em UC e são as estruturas fundamentais para que as políticas, diretrizes, normas e regulamentações sejam melhores desenvolvidas e aplicadas. Desta forma, as práticas de Ecoturismo e Educação Ambiental são reconhecidas e normatizadas para acontecer de maneira a integrar os objetivos de preservação com o uso da sociedade.

### 3 METODOLOGIA

O método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. Para Gil (2002), é necessário determinar o método que possibilitou chegar-se a determinado conhecimento, para que esse possa ser considerado científico. Segundo Dencker (2000, p. 19) o método científico consiste em:

- I- Formular questões ou propor problemas;
- II- Efetuar observações;
- III- Registrar cuidadosamente as observações feitas, procurando responder às perguntas formuladas ou resolver problemas propostos;
- IV- Rever conclusões, ideias e opiniões anteriores que estejam em desacordo com as observações e as respostas resultante.

Com o intuito de atingir o objetivo do presente trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangendo artigos, livros, documentos, legislações, dentre outras publicações. O uso de fontes secundárias é importante, pois permite não apenas a réplica de informações sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois aprofunda o conteúdo e o conhecimento sobre a temática selecionada no estudo, sendo um guia que indica onde o pesquisador quer chegar e os caminhos que se pretende tomar (DENCKER, 2000).

Como propõe Gil (2002), no estudo de campo é relevante a experiência direta do pesquisador na situação a ser estudada. Ainda, segundo o autor, nos estudos de campo o pesquisador elabora pessoalmente a pesquisa. Sendo que pesquisa de campo é uma forma de obtenção de dados diretos, que também foi realizado na ESEC de Carijós.

Quanto aos objetivos da pesquisa, eles são classificados como descritivos. Conforme Mattar (1993), pesquisa descritiva é aquela que pode ser caracterizada como a pesquisa que promove conhecimento para o pesquisador sobre as características de grupos, estima proporções de determinadas características, além de constatar a presença de relações entre as diversas variáveis. No presente estudo, a pesquisa descreve as características das unidades de conservação UC, a forma de gestão e as características do ecoturismo praticado na ESEC de Carijós, observando as relações entre as variáveis para propor uma estruturação, tanto aos visitantes como para colaboradores, aplicando as melhorias necessárias as práticas do ecoturismo na ESEC de Carijós.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS**

Neste item, serão apresentadas propostas baseadas na pesquisa bibliográfica e nas observações durante as saídas de campo, com objetivo de estruturar a qualificação da visitação turística na ESEC de Carijós. As sugestões subdividem-se em dois eixos temáticos, sendo o primeiro relacionado às atividades de educação ambiental com potencial para serem desenvolvidas na unidade de conservação. Em seguida, são apresentadas e detalhadas as oito sugestões com objetivo de qualificar o Ecoturismo praticado na ESEC de Carijós.

##### **4.1 ADEQUAÇÕES PARA O ECOTURISMO**

Observando as visitas realizadas por escolas de Florianópolis, contando com o monitoramento de funcionários da ESEC de Carijós, pode-se identificar, a partir do ponto de vista da turismologia, aspectos positivos e melhorias para que as atividades ecoturísticas tenham melhor condições no atendimento aos usuários desta importante UC em Florianópolis.

Entre aos aspectos observados durante as saídas de campo das instituições de ensino na ESEC de Carijós, cita-se:

- A centralização das atividades de educação ambiental em um funcionário;
- A inexistência de procedimento operacional padrão – POP – na rotina de trabalho estabelecida;

- O fato de que as estruturas não estão totalmente adequadas à visitação turística;
- A falta de um programa de capacitação específica e continuada na temática Educação e Interpretação Ambiental e Ecoturismo para os funcionários da ESEC.

Como forma de contribuir para a reestruturação das atividades de educação e interpretação ambiental na ESEC de Carijós, propõe-se a readequação do Programa de Educação e Interpretação Ambiental, que considere no seu escopo:

- 1) Formação continuada e capacitação de monitores de educação e interpretação ambiental;
- 2) Inclusão das diferentes práticas de Ecoturismo, com destaque para a observação de aves;
- 3) Criação de incentivos para a realização de pesquisas relacionada às temáticas;
- 4) Estabelecimento de roteiros para as trilhas (Trilha 'A', Trilha 'B'), assim como roteiros específicos para públicos diferenciados;
- 5) Criação de instrumentos de monitoramento e avaliação;
- 6) Produção de material informativo e pedagógico do ecoturismo local;
- 7) Envolvimento da comunidade local nas atividades de Ecoturismo;
- 8) Elaboração e execução de estratégias de divulgação da ESEC de Carijós.

Portanto, a possibilidade de realizar uma pesquisa relacionada à educação e interpretação ambiental em uma Unidade de Conservação, observando e testando estratégias que melhor se enquadram a realidade da unidade e ao público atendido, tornou-se necessário.

Foi possível perceber também a necessidade de melhorias na infraestrutura de apoio à visitação. Na sequência são detalhadas as propostas referentes a estas melhorias:

- 1) **Equipamentos de proteção e higienização** – Hoje são oferecidos dois pares de botas aos professores ou monitores que acompanham os grupos, para fazer a trilha do manguezal. Sugere-se que sejam providenciadas botas com numeração variada para que todos participantes da trilha tenham disponível esse equipamento de proteção. Fica como responsabilidade do usuário entregar a bota limpa no local onde foi retirada. Sendo assim, é importante ter um lava pés, onde serão higienizadas as botas e um suporte para armazená-las.
- 2) **Vestiário e banheiro para visitantes fora do Centro de Visitação** – A disponibilidade de um banheiro em local estratégico, distante do local em que ficam os analistas, permitiria uma melhor operacionalização das atividades dos visitantes, assim como dos funcionários.

- 3) **Deck no brejo** – Em frente ao Centro de Visitação poderá ser construído um deck sobre a área para que os visitantes possam conhecer este ecossistema.
- 4) **Deck na Trilha** – A partir do deck construído em frente ao Centro de Visitação, pode ser iniciada a continuação do deck através de uma trilha, de forma a permitir uma proximidade maior dos visitantes com a restinga arbórea. Esta trilha poderá ter um percurso contornando a única ilha existente na ESEC. A instalação dos decks poderá incluir os deficientes físicos nas atividades práticas da ESEC de Carijós.
- 5) **Deck de observação com luneta** – Neste deck poderá ser posicionada uma luneta para observação de aves, e que deverá ser construído sobre uma formação rochosa na ESEC.
- 6) **Torre de observação a área da gleba de Ratonés** – Esta permitiria a visualização do Manguezal, com sua flora e fauna característica. O local para esta estrutura foi idealizado para ser construído próxima ao rio Ratonés.
- 7) **Passeios monitorados de barco** – Poderiam ser realizados por meio da parceria com a comunidade local, envolvendo a Associação dos Pescadores Artesanais do Rio Ratonés. Esta atividade turística consiste em percorrer o Rio Ratonés (maior de Florianópolis), na parte acima da Gleba de Ratonés. Deverá ser obtida a autorização por parte do chefe da ESEC de Carijós para passar a visita pedagógica ocorrer dentro dos limites da ESEC. Essa mesma atividade poderá ser desenvolvida na Gleba do Saco Grande, com saída do Hotel SESC Cacupé. A abordagem, neste caso, é diferenciada, pois o trajeto será realizado por mar. As saídas de campo poderão ocorrer com atividades integradas, como por exemplo: a observação de aves, atividade que já vem sendo desenvolvida na ESEC.
- 8) **Auditório** – com o intuito de melhorar as condições de infraestrutura de recebimento dos visitantes e turistas, assim como para a equipe da ESEC, propõe-se a melhoria do auditório, com a substituição de cadeiras e a melhorias nos equipamentos de audiovisual, tornando a experiência mais confortável e estimulante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O potencial do ecoturismo seja praticado nas Unidades de Conservação, como em outros espaços na Ilha de Santa Catarina, pode vir a se tornar um importante meio de conscientização (por meio da Educação Ambiental) das pessoas para as questões do meio



ambiente local. O Ecoturismo se apresenta como uma ferramenta que, se desenvolvida de maneira organizado, pode vir reforçar o importante trabalho de conservação das áreas protegidas no continente, como na Ilha de Santa Catarina e suas águas. As propostas de adequações e melhorias das condições de acessibilidade, de infraestrutura, da capacitação e das práticas de ecoturismo, pretendem, humildemente, proporcionar melhores condições de trabalho para os funcionários da ESEC, como mais inclusão, comodidade e novas experiências para os visitantes da ESEC de Carijós.

## REFERÊNCIAS

BISHEIMER, M. V.; SANTOS, C.; CARLSON, V. E. **A Mata Atlântica da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Lagoa Editora, 2010.

BRASIL. **Lei n. 9985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Lex: Presidência da República, Brasília, 18 de julho de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 4340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Lex: Presidência da República, 22 de agosto de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação Lei n. 9.985, de julho de 2000. Caracterização e diagnóstico do meio físico 5.1,1 e 2. Histórico Das UCs Federais 2.3 2-9. Plano de Manejo da ESEC de Carijós 5.1

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas protegidas**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Apresenta a descrição e os objetivos do SNUC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. **Diretrizes para visitação em unidades de conserva o**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom\\_boletins/\\_arquivos/livro.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf) >. Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downlo ads\\_publicacoes/Ecoturismo\\_Orientacoes\\_Basicas.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downlo ads_publicacoes/Ecoturismo_Orientacoes_Basicas.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. SNUC. **Lei n. 9.985**, de 18 de junho de 2000. Regulamenta o artigo 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/202/\\_arquivos/lei\\_n\\_9985-\\_snuc\\_sist\\_nacional\\_de\\_unidades\\_de\\_conservao\\_202.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_arquivos/lei_n_9985-_snuc_sist_nacional_de_unidades_de_conservao_202.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação – intenções e resultados**. 2. ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA - CECCA. **Unidades de Conservação e Áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina: caracterização e legislação**. Florianópolis, Insular, 1997.

DE MASI, Domenico. **O futuro do turismo de Santa Catarina: previsões entre 2007 e 2001**. Tubarão: Ed. Unisul, 2007. 130p.

DENCKER, Ada de Freitas. **Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo**. 3. ed. São Paulo: Futura, 2002.

DICIONÁRIO AMBIENTAL. **O que são unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/especial/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

ECO. **O que são unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/especial/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GIL, Antônio C. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACIEL, Marcela Albuquerque. Unidades de conservação. Breve histórico e relevância para a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. In: **JusNavigandi**, Teresina, ano 16, n. 2971, 20 ago. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19809>>. Acesso em: 30 out. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <[http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)>. Acesso em: 6 nov. 2014.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução, análise. São Paulo: Atlas, 1993.

MILANO, Miguel Serediuk. Por que existem as unidades de conservação? In: MILANO, Miguel Serediuk (Org.). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 193-208.

MILANO, Miguel Serediuk. Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIN, Antônio Herman (Coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas** – o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 3-41.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas** – seleção e manejo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-conservacao/eseccarijos.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

PORTAL NORONHA. Disponível em: <<http://www.noronha.com.br/site/passeios.php>>. Acesso em: 3 out. 2014.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/pronea3.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. A experiência do Turismo Ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. In: **Turismo – Visão e Ação**, Itajaí, ano 2, n. 5, p. 81-83, out. 1999/mar. 2000.

**FACULDADES INTEGRADAS ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO**  
**GELSO VIEIRA FERNANDES**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO:**  
**HOTEL SESC CACUPÉ**

**FLORIANÓPOLIS, 2014/2**

## 1 LOCAL DO ESTÁGIO

Neste relatório serão apresentadas as informações sobre a empresa estagiada, desde sua história e estrutura até seu ramo de atuação.

### 1.1 DADOS DA EMPRESA

Razão Social: Serviço Social do Comércio – SESC

Nome Fantasia: Hotel Sesc Cacupé

Natureza Jurídica: Empresa privada sem fins lucrativos

Endereço: Estrada Haroldo Soares Glavan, número 1680, Cacupé, Florianópolis – SC. CEP: 8850-005.

Telefone: (48) 3231-3225

Fax: (48) 3231-3200

Site: [www.sesc-sc.com.br](http://www.sesc-sc.com.br)

Inscrição CNPJ: 03.603.595/0002-49

Inscrição Municipal: Isento

Inscrição Estadual: Isento

### 1.2 HISTÓRICO DA EMPRESA

No período de 01 a 06/05/1945, em Teresópolis/RJ, ocorreu a Conferência das Classes Produtoras, na qual participaram entidades sindicais do comércio e associações comerciais de todo o Brasil.

Esta conferência originou a Carta da Paz Social, um documento que se preocupou em contribuir e harmonizar as relações de trabalho da época e beneficiar os comerciários.

A partir deste documento, foi elaborado o Decreto-Lei 9.853 que atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio.

Em Santa Catarina, o SESC originou-se no dia 29/09/1948, quando foi fundado o 1º Conselho Regional, cujo precursor foi o Sr. Charles Edgar Moritz.

As atividades pioneiras do SESC-SC foram nas áreas médica-odontológica, de assistência alimentar e farmacêutica, de atividades educacionais, recreativas, de proteção à maternidade e assistência à infância. Destacam-se alguns projetos importantes na época como as Colônias de Férias, o Escotismo, o Bandeirantismo, as Bibliotecas circulantes e o MOBREAL, entre outras.

O SESC é mantido por meio da contribuição compulsória paga pelos empresários do comércio e serviços em favor dos seus empregados.

A alíquota de contribuição é de 1,5% sobre o montante da remuneração paga aos empregados.

Os comerciários e seus dependentes são os clientes preferenciais do SESC, além da comunidade em geral.

### 1.3 ESTRUTURA FÍSICA DA EMPRESA

O Hotel SESC Cacupé possui 310 leitos entre chalés e apartamentos com cama Box, TV, minibar e condicionador de ar.

A estrutura possui 2 apartamentos adaptados para portadores de necessidades especiais e dificuldade de locomoção, piscina adulto e infantil, Museu do Engenho de Farinha, brinquedoteca, sala de jogos, sala de condicionamento físico, quadras esportivas e sala de artes. Possui também restaurante climatizado para até 200 pessoas, auditório climatizado e com infraestrutura completa para até 388 pessoas, sala de reunião com capacidade de 20 a 388 pessoas e dois salões de festas para 70 e 300 lugares.

A estrutura possui uma recepção onde se tem o primeiro contato com os clientes, além de uma portaria, cantina, academia, quadras esportivas e campo de futebol.

A estrutura física do SESC Cacupé possibilita atividades esportivas, ecológicas e recreativas, além da realização de jantares, *coffee breaks* e diversos eventos.

### 1.4 SETORES/ DEPARTAMENTOS/ ORGANOGRAMA

O Hotel SESC Cacupé é subordinado ao Departamento Regional do sistema SESC de Santa Catarina e é gerenciado pela senhora Cláudia Regina Marcante e pelo Sub Gerente, Sr. Diego Borges da Silva, e seus setores são assim divididos:

- Financeiro;
- Manutenção e Serviços Gerais;
- A&B (alimentos e bebidas);
- Educação Ambiental e Recreação;
- Turismo;
- Eventos.

O Setor Financeiro é composto por um técnico em atividades financeiras, um auxiliar administrativo e um técnico de RH, que são responsáveis pela distribuição dos contracheques aos colaboradores, recebimento dos pagamentos efetuados pelos clientes do setor de eventos, hospedagem, alimentação, recreação, pagamento aos fornecedores, prestação de contas à Diretoria Regional, dentre outras atividades relacionadas ao planejamento e à administração financeira do hotel.

O Setor de Manutenção e Serviços Gerais é composto por dois técnicos encarregados de verificar e realizar a manutenção e limpeza geral do hotel, por meio de trinta auxiliares que se dividem em dois turnos de trabalho.

O Setor de A&B (alimentos e bebidas) é composto por um gastrônomo, que trabalha diretamente na elaboração de pratos para os eventos, e por um técnico em nutrição e outro gastrônomo, que trabalham na elaboração de cardápios balanceados visando à boa nutrição dos comerciários que frequentam o restaurante e lanchonete do hotel. Ambos são responsáveis ainda por comandar o trabalho de trinta e cinco colaboradores, entre auxiliares de cozinha, cozinheiros, atendentes de A&B e estagiários. O setor também conta com um almoxarife, responsável pelo controle dos insumos e materiais utilizados pelo setor de A&B.

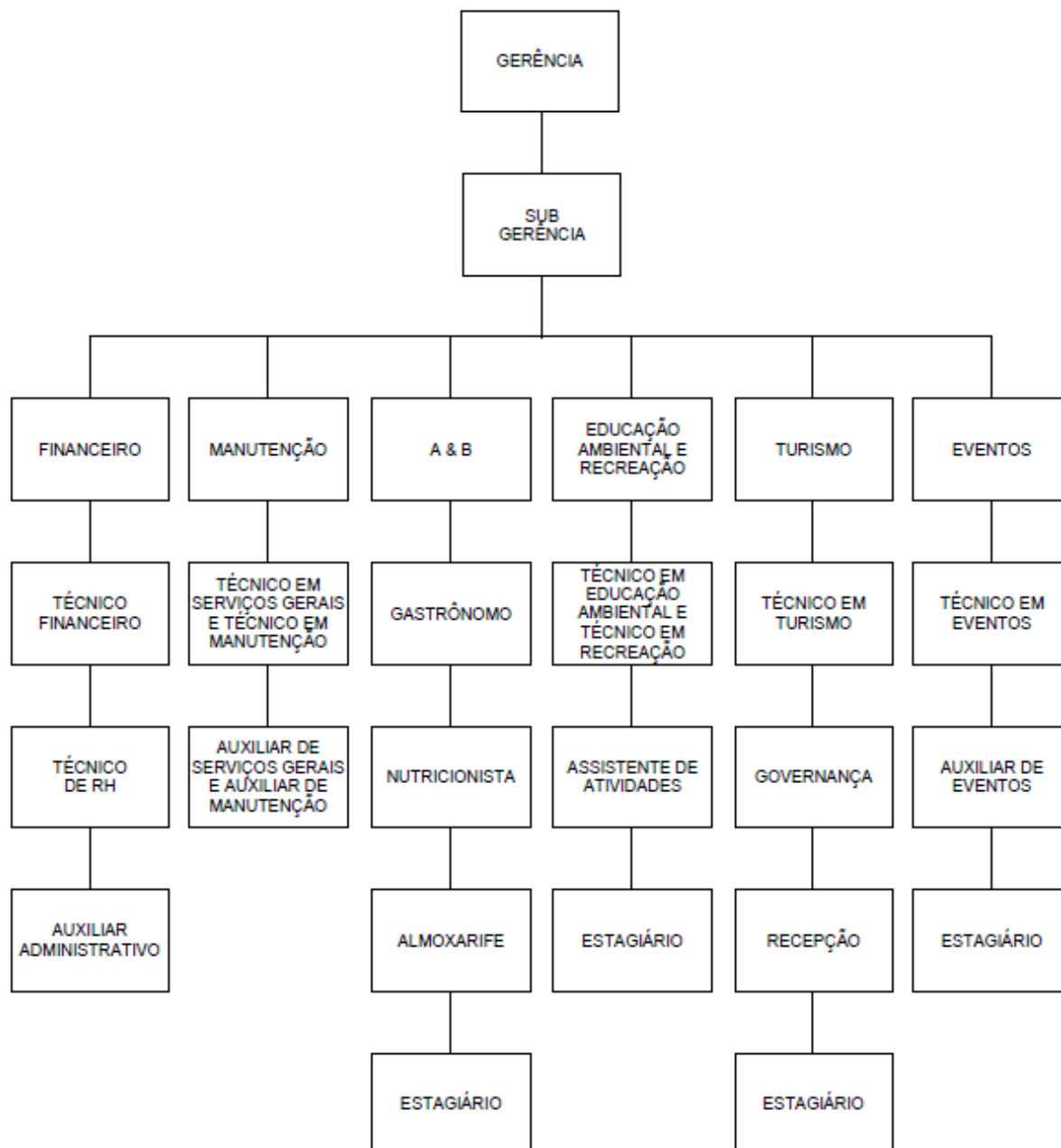
Seguindo sua política de sustentabilidade, o Hotel SESC Cacupé conta com um setor especial de educação ambiental, sob o comando de um técnico que atua no desenvolvimento e iniciativas internas a fim de promover a economia e reutilização de materiais, tais como: compostagem, ações educativas e conscientização de sustentabilidade para a comunidade. Por estarem envolvidos em várias atividades juntas em prol da educação ambiental por meio de eventos e atividades, o setor de Recreação também é chamado de setor de Lazer, composto por um técnico de recreação, um assistente em atividades, seis monitores e dois estagiários. O setor realiza atividades recreativas em programações semanais de atendimento a hóspedes e visitantes (em especial escolas) e são os responsáveis pela utilização das salas e equipamentos do setor, quais sejam: brinquedoteca, salas de jogos de tabuleiro, salão de jogos, sala de artes, academia, piscina, quadras esportivas e campo de futebol.

O Setor de Turismo é regido por um técnico de atividades em Turismo, responsável pela Recepção, supervisionando e orientando oito recepcionistas e um estagiário, os quais se dividem em três turnos de trabalho e pela Governança, composta de duas governantas e dezesseis camareiras.

Os setores de Eventos, Portaria, Recepção e Piscina, onde o acadêmico realizou seu estágio obrigatório, contam respectivamente com: um técnico em eventos e um auxiliar de

eventos; dois porteiros e dois guardas noturnos; uma supervisora e seis recepcionistas; e dois agentes de controle e dois salva-vidas.

Figura 1 – Organograma



Fonte: Dados internos da empresa estagiada.



## 2 O ESTÁGIO

O estágio supervisionado é uma etapa obrigatória para a conclusão do curso de Turismo. Foi realizado no período entre 01 de agosto a 17 de dezembro das 08h às 112h, com carga horária de quatro horas por dia, totalizando 250 horas.

### 2.1 SETOR(ES) ESTAGIADO(OS) NA EMPRESA

O estágio foi realizado nos setores de eventos, portaria, recepção e piscina, e foi supervisionado pela Sr<sup>a</sup> Ana Paula Neto. Ao Setor Eventos compete a captação e realização dos eventos realizados no Hotel e é responsável pela grande maioria de dividendos e movimentação deste espaço hoteleiro. O Setor Portaria é responsável pela segurança e logística do Hotel, assim como pelo encaminhamento das atividades realizadas nele. A maior responsabilidade do Setor Recepção é a realização do *check in* e do *check out*. O Setor Piscina é responsável pelo controle de entrada e saída dos associados, solicitando e monitorando as carteirinhas com os avais médicos para banhos.

### 2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EMPRESA

Nos setores estagiados foram realizadas as rotinas do dia a dia, como recepção e encaminhamento dos visitantes e hóspedes aos espaços solicitados, encaminhamentos diários e pontuais para o bom funcionamento da casa, serviços de apoio e incentivo às festas, comemorações, reuniões e celebrações promovidas no hotel e execução de ações promocionais desenvolvidas pela empresa.

### 2.3 ANÁLISE DO ESTÁGIO

O estágio no Hotel SESC Cacupé foi de grande aprendizado. Não houve rotinas e o estagiário deparou-se com as diversas situações que exigem criatividade, prontidão e proatividade.

Um fator importante deste estágio foi o aprendizado mútuo, ou seja, a reciprocidade entre o estagiário e a empresa, além da prática adquirida e da possibilidade de ver e atuar conforme as teorias estudadas durante a graduação.

Porém, foi percebido que durante o estágio o tempo destinado à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso pelo estagiário é relegado a segundo plano, fato este que entra em desacordo com as normas do Estágio Curricular.

### **2.3.1 Aspectos positivos**

O objetivo principal foi alcançado, isto é, a colaboração com o hotel durante os meses de estágio foi ativa e permanente e o aprendizado para a futura vida profissional foi altamente relevante.

### **2.3.2 Conhecimentos adquiridos**

Durante a realização do estágio foram adquiridos conhecimentos sobre a rede hoteleira, a exemplo de captação de recursos, ações promocionais, acolhimento institucional e receptividade de pessoas em geral, além da importância das ações estarem bem definidas com planejamento de metas, objetivos e estratégias.